

Cruzada do Menor

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores da
Cruzada do Menor
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as demonstrações financeiras da Cruzada do Menor (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução do CFC 1.409/12 – Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras da Cruzada do Menor não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução do CFC 1.409/12 – Entidades sem fins lucrativos.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

Cruzada do Menor

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	20.096	18.762
Outros créditos	5	18
	<u>20.101</u>	<u>18.780</u>
Não circulante		
Propriedades para investimento (Nota 5)	-	13
Outros créditos	6	6
Imobilizado (Nota 6)	585	684
	<u>591</u>	<u>703</u>
Total do ativo	<u>20.692</u>	<u>19.483</u>
Passivo		
Circulante		
Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 7)	154	156
Convênios Municipais	132	-
	<u>286</u>	<u>156</u>
Patrimônio líquido (Nota 8)		
Patrimônio social	19.327	18.539
Superávit do exercício	1.079	788
	<u>20.406</u>	<u>19.327</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>20.692</u>	<u>19.483</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzada do Menor

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Receitas		
Doações (Nota 9)	6.907	7.137
Receitas - La Villette (Nota 9)	493	779
Outras receitas (Nota 9)	<u>197</u>	<u>218</u>
	7.597	8.134
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 10)	(7.704)	(8.949)
Venda da propriedade para investimentos	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
Superávit (Deficit) antes do resultado financeiro	<u>(120)</u>	<u>(828)</u>
Resultado financeiro líquido (Nota 11)	<u>1.199</u>	<u>1.616</u>
Receitas financeiras	1.214	1.633
Despesas financeiras	<u>(15)</u>	<u>(17)</u>
Superávit do exercício	<u>1.079</u>	<u>788</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzada do Menor

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	<u>1.079</u>	<u>788</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>1.079</u></u>	<u><u>788</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzada do Menor

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>17.879</u>	<u>660</u>	<u>18.539</u>
Incorporação do superávit de 2016	660	(660)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>788</u>	<u>788</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>18.539</u>	<u>788</u>	<u>19.327</u>
Incorporação do superávit de 2017	788	(788)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.079</u>	<u>1.079</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>19.327</u>	<u>1.079</u>	<u>20.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzada do Menor

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.079	788
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	99	109
	<u>1.178</u>	<u>897</u>
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Convênios Municipais	132	-
Outros créditos	13	(8)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(2)	(48)
	<u>1.321</u>	<u>841</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(7)
Venda propriedade para investimento	13	13
	<u>13</u>	<u>6</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.334</u>	<u>847</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.762	17.915
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>20.096</u>	<u>18.762</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.334</u>	<u>847</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cruzada do Menor (“Entidade”) é uma Associação Beneficente de Assistência Social sem fins lucrativos declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 13.518, de 28 de dezembro de 1943. A sede social da Entidade está localizada na Rua Visconde de Pirajá, nº. 550, sala 1713 – 22.410-001 – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ.

A Cruzada do Menor tem como finalidade promover o bem-estar social, através do desenvolvimento de programas e projetos educativos que venham a beneficiar crianças, adolescentes, idosos e suas famílias de comunidades populares do Rio de Janeiro, São José do Vale do Rio Preto (Petrópolis) e Búzios.

A Entidade foi criada em 1920 com o nome de Cruzada Nacional contra a Tuberculose. Ao longo de toda a sua existência, passou por três fases:

- De 1920 a 1985 dedicou-se a atender crianças portadoras de tuberculose do Hospital Infantil São Miguel;
- De 1985 a 1994 passou a atender crianças que viviam nas ruas de Petrópolis e do Rio de Janeiro; e
- Em 1994 a Entidade elaborou nova proposta pedagógica que visa ao desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e idosos, tendo em vista uma ação integrada com a família e a comunidade a que pertencem.

Atualmente, a Cruzada do Menor realiza projetos socioeducativos-culturais e profissionalizantes em Del Castilho, Cidade de Deus - Jacarepaguá, São José do Vale do Rio Preto (Petrópolis), e Sampaio (Casa de Leylá), elegendo a formação pessoal como caminho à cidadania participativa. Ao priorizar a educação de crianças, adolescentes e idosos, a Cruzada do Menor pratica sua missão com o investimento em projetos que contemplam o desenvolvimento integrado de todos os aspectos da personalidade de seu público alvo, ou seja, físico, emocional, intelectual, social, profissional, cultural e moral.

Os seus serviços são prestados significativamente por 43 voluntários (37 em 2017) sem qualquer remuneração e por 164 funcionários (184 em 2017), o que contribui para a sua viabilidade econômica e financeira.

No atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2.536/98, a Entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, concedeu gratuidade em projetos socioeducativo-culturais e profissionalizantes no montante de R\$ 6.192 (R\$ 6.623 em 2017), que representa 69% (68% em 2017) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeira, de locação de bens e de doações particulares.

O custo de isenção da quota patronal de previdência social usufruída pela Entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 932 (R\$ 923 em 2017).

Criou-se o conceito de Fundo Patrimonial deste caixa, de forma que apenas os juros reais recebidos abastecessem o caixa operacional anual da Rede Cruzada. Com esse conceito de um caixa de longo prazo, perene, onde apenas os juros reais serão resgatados e repassados à operação da Rede Cruzada, convencionou-se com a Presidente em exercício e alguns conselheiros mais ligados a esta área que a Rede Cruzada deveria buscar investimentos com um pouco mais de risco e consequente retorno, dado o horizonte de longo prazo.

Conseguimos a parceira da Turim Investimentos para fazer a alocação destes recursos do Fundo Patrimonial pro bono, após conversas com as pessoas ligadas à Administração e Conselho da Rede Cruzada. Durante o segundo semestre de 2018, na medida em que os investimentos que a Rede Cruzada tinha com os bancos com os quais mantinha suas contas operacionais venciam, o resgate era feito e transferido para conta também em nome da Rede Cruzada junto ao Banco Santander, de onde a Turim Investimentos faz as alocações em títulos e fundos de investimentos majoritariamente, tudo em nome da Rede Cruzada.

Convencionado o valor anual a ser sacado, da estimativa de juros reais para o exercício, a Administração da Rede Cruzada faz solicitação de tempos em tempos ao representante da Turim Investimentos para que resgate do Fundo Patrimonial para a conta da Rede Cruzada no Banco Santander junto à Turim e de lá sejam transferidos os recursos para as contas bancárias operacionais da Rede Cruzada, que ficam abastecidas por algum tempo. O Fundo Patrimonial portanto não deverá ser usado para nenhum grande investimento ou consumo, salvo alguma emergência operacional, sempre tendo como princípio que os valores devem ser retornados ao Fundo, para sua recomposição.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e da NBC ITG 2002, aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Resultado

As receitas oriundas de doações são registradas mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Entidade com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação.

3.3 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento estão apresentadas pelo seu valor de custo, incluindo custos da transação. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Entidade contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

3.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 6.

Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Cruzada do Menor está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social, conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, do parágrafo 150 da Constituição Federal.

Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

Em atendimento à legislação vigente para as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, a Entidade contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, o qual é registrado como despesa administrativa, obedecendo ao regime de competência.

No que diz respeito à COFINS, o Decreto Lei 1.940, de 25 de maio de 1982, determina a não incidência sobre a receita de doações das entidades sem fins lucrativos.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não apresentou nenhuma provisão, em função de não existir nenhuma ação com expectativa de perda provável.

3.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros da Entidade estão representados pelo caixa e equivalentes de caixa, enquanto que os passivos financeiros estão representados por obrigações com fornecedores e demais contas a pagar de curto prazo.

3.8 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (“CPC 03”).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	5	73
Aplicações financeiras	<u>20.091</u>	<u>18.689</u>
	<u>20.096</u>	<u>18.762</u>

Aplicações financeiras incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são remunerados a uma taxa média de 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI emitidos por bancos de primeira linha, com liquidez diária e possui compromisso formal de recompra por parte da instituição financeira qualquer momento. Os CDBs apresentam remuneração pós-fixada, avaliada diariamente, registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, e com a portabilidade total e imediata.

5 Propriedades para investimento

Em 9 de novembro de 2010, tendo em vista a possibilidade de assegurar maiores investimentos em novos projetos e programas na área social, assim como criar um fundo para indenizações trabalhistas, face ao crescimento do quadro de funcionários, a Entidade negociou em contrato a permuta do único terreno que possuía, no valor de R\$630, com a Companhia La Villette Empreendimentos Imobiliários Ltda., na proporção de 15% do total dos imóveis a serem construídos no local, ou seja, um total de 49 unidades disponíveis para a Entidade. A intenção da Entidade com a receita gerada com a venda destes apartamentos é utilizar estes recursos exclusivamente em projetos sociais futuros ou já existentes, assim como criar um fundo de investimento para as indenizações trabalhistas.

Ao longo do exercício de 2018 a Entidade vendeu sua última unidade, baixando o seu custo o montante de R\$ 13, proporcionalmente à razão da totalidade de 49 unidades.

6 Imobilizado

	Taxas de depreciação (%)	31/12/2017	Adições	Depreciação	31/12/2018
Móveis e utensílios	10	108	-	(19)	89
Veículos	20	-	-	-	-
Equipamentos de informática	20	20	-	(16)	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	546	-	(64)	482
Outros	10	10	-	-	10
		684	-	(99)	585

7 Obrigações fiscais e trabalhistas

	2018	2017
Provisão de férias	-	34
Encargos sociais	154	122
	154	156

8 Patrimônio líquido

Compreende o patrimônio social inicial acrescido (diminuído) dos valores dos superávits (déficits) ocorridos desde o ano de 1943 (ano de constituição).

9 Receitas

	2018	2017
Pessoas físicas	1.577	2.013
Pessoas jurídicas	2.928	3.738
Convênios municipais (1)	2.402	1.386
La Villette (2)	493	779
Outras Receitas	197	218
Total	7.597	8.134
	2018	2017
CMDCA (1.1)	164	-
PNAE (1.2)	23	92
Apoio Integral (1.3)	2.215	1.294
Total de Convênios municipais	2.402	1.386
	2018	2017
Doações	6.907	7.137
Receitas - La Villette	493	779
Outras Receitas	197	218
Total	7.597	7.137

- (1) Os convênios municipais fazem parte de uma estratégia presente em muitos municípios para garantir a oferta da educação infantil. Tal estratégia pressupõe que as duas partes, Poder Público e instituição, possuem interesses comuns – atendimento educacional à criança – e prestam mútua colaboração para atingir seus objetivos. A atuação do Poder Público não deve se limitar ao repasse de recursos, mas envolver permanente supervisão, formação continuada, assessoria técnica e pedagógica. Ações como essas expressam o real compromisso do Poder Público municipal com a qualidade do atendimento às crianças e às famílias.

- (1.1) CMDCA: Conselho Municipal da Criança e do adolescente. O apoio financeiro dado pelo CMDCA é caracterizado como uma medida sócio-educativa visando a viabilidade do funcionamento de instituições que integram a importante missão de formar, juntamente com a escola e família, o tripé da proteção integral: família, escola e comunidade. Em termos de conteúdo, devem oferecer: reforço escolar, apoio nutricional, esporte e atividades artístico-culturais, dentre outros. Para ser elegível a tal convenio, a instituição deve apresentar regularmente diversos relatórios de atividades a ela solicitados, bem como cumprir alguns requisitos nas suas instalações e serviços prestados. O convenio pode ser renovado anualmente mediante pedido da instituição e aprovação da verba e regularidade da instituição pelo município.
- (1.2) PNAE: O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas às disposições desta Lei.
- (1.3) Fomento da Prefeitura. O sistema de convenios com creches particulares foi uma medida encontrada pelas prefeituras para garantir o atendimento as crianças, conforme determinado em lei, sem gerar custos de construção e oferecendo uma resposta mais rápida. Bem como o CMDCA, o convenio para o fomento é caracterizado pela necessidade de cumprimento de diversas exigencias por parte da instituição. O mesmo tem um prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente. O valor do convenio fornecido por aluno será também determinado anualmente.
- (2) A receita La Villette é composta, basicamente, da venda dos apartamentos que nos foram cedidos em pagamento do terreno, conforme Contrato de Permuta, realizado com a Companhia La Villette Empreendimentos Imobiliários Ltda.

10 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Pessoal	4.370	4.771
Serviços prestados	1.178	1.703
Propaganda e marketing	43	155
Despesas La Villette	6	87
Depreciação	99	109
Alimentação	424	511
Apoio e outras entidades	0	6
Água, esgoto, telefone e energia elétrica	113	298
Manutenção predial	53	62
Obras	158	61
Impostos e taxas	66	86
Material Didático	31	44
Uniformes	89	94
Material de Limpeza	45	50
Escola de Volei do Bernardino	150	164
Judô	207	193
Escola Z10	127	148
Outros	545	407
	<hr/>	<hr/>
Total	7.704	8.949

11 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receita com aplicações financeiras	1.214	1.633
Despesas com bancos	(15)	(17)
	<hr/>	<hr/>
Total	1.199	1.616

12 Evento subsequente

a. Turim Investimentos

Como a Turim Investimentos faz a gestão de recursos de um montante expressivo para seus clientes, e que faz esse serviço para diversas Famílias e alguns Fundos Patrimoniais, negociou-se que fizessem a gestão dos recursos do Fundo Patrimonial da Rede Cruzada pro bono. Após entrevistas com Presidente e alguns Conselheiros da Rede Cruzada e pessoas ligadas à Administração, optou-se por uma política de investimentos de maior diversificação dos investimentos, que era todo aplicado em títulos bancários indexados ao CDI, alocando não só em CDI, mas títulos públicos indexados ao IPCA, Fundos Multimercados, Crédito Privado e Fundos de Ações, uma menor parcela, dentro do conceito de mais risco para melhor rendimento no longo prazo, pois somente o juro real destes investimentos será consumido nos anos subsequentes. A escolha da Turim Investimentos é apenas gestora de recursos, estando todos os investimentos e caixa de seus proventos ou resgates atrelados à uma conta da Rede Cruzada junto ao Banco Santander. Esta conta somente se comunica com as contas operacionais da Rede Cruzada, onde a Administração faz os pagamentos e recebimentos diários.

b. COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Paralisação no atendimento a crianças, jovens e idosos de forma presencial;
- Renegociação de contratatos com fornecedores e prestadores de serviço;
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir os despesas salariais no médio prazo, tais como tais como suspensão de novas contratações e adoção da MP936 para redução de jornada de trabalho dos funcionários;
- Quando aplicável, trabalho remoto para que os funcionários não tenham que se deslocar até as unidades.